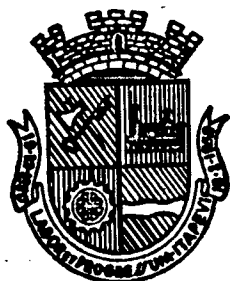


# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

*Outorgado  
nº 003/96*

*1298*



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO N.º 003/96**

**PROJETO N.º 003/96**

de Lei

**INTERESSADO** Prefeitura Municipal de Itapevi

**ASSUNTO**

• Autoriza o Executivo a celebrar o

Convênio que especifica."

*Lei 1298/96*

DIGITALIZADO

POR



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

004

LEI Nº 1.298, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1996

(Autoriza o Executivo a celebrar o Convênio que especifica)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Fazenda, visando incrementar a arrecadação de tributos estadual e municipal, nos termos da Minuta anexa à esta Lei.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 13 de fevereiro de 1996

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 13 de fevereiro de 1996.

MARIANA VICENTE RODRIGUES RANGEL  
Secretária de Apoio Administrativo



# ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO ICMS Nº 195

*Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de Itapevi, visando o incremento da arrecadação de tributos.*

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Secretaria da Fazenda, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada por seu titular, Doutor \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, conforme Decreto nº 28.173, de 22.01.88, alterado pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e o município de Itapevi doravante denominado "Município", representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Carlos Caraméz, R.G. 5.028.424, autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, firmam o presente convênio que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## SEÇÃO I DO OBJETO E FINS

**Cláusula Primeira** - O presente convênio tem por objeto a fixação de critérios e normas de ação do Estado e do Município, para incremento da arrecadação de tributos, a saber:

- I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: acompanhamento da produção agropecuária e extrativa, seu escoamento e conseqüente reflexo tributário, bem como da atividade industrial e comercial desenvolvida no território municipal, ou dos



## ESTADO DE SÃO PAULO

produtos que por ele transitarem;

- II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores**  
- IPVA: acompanhamento dos recolhimentos do tributo por ocasião dos licenciamentos.

### SEÇÃO II

#### DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

##### Cláusula Segunda - Compete à Secretaria:

- I -** dar conhecimento de seus cadastros, com o fornecimento de listagens ou por meio magnético de processamento eletrônico de dados, de todos os contribuintes inscritos no Estado e sediados no Município;
- II -** planejar e direcionar, à vista de informações fornecidas pelo Município nos termos dos incisos I a V da cláusula terceira deste convênio, os trabalhos fiscais, com designação de Agente Fiscal de Rendas para acompanhar e tomar providências necessárias para sanear as irregularidades levantadas;
- III -** diligenciar, para proceder às verificações fiscais originárias das "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, fornecidas pelo Município;
- IV -** dar conhecimento ao Município das ações fiscais originárias das denúncias formuladas pelo agente municipal, na forma deste convênio;



## ESTADO DE SÃO PAULO

- V - promover treinamento para os agentes municipais, com o fornecimento de material didático, com vistas à educação tributária.

### SÉÇÃO III

#### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### Cláusula Terceira - Compete ao Município:


- I - proceder ao levantamento da produção agrícola e pecuária do Município com perfeita identificação do produtor;
- II - fornecer "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, que deverá ser preenchido em relação a cada produtor e em função de cada destinatário, a ser apresentado trimestralmente no Posto Fiscal de vinculação;
- III - comunicar ao Posto Fiscal de vinculação a existência de pessoas que exerçam atividades relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e que não possuam inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- IV - sugerir ao Posto Fiscal de vinculação a realização de verificações fiscais ao tomar conhecimento de indícios que evidenciem sonegação fiscal, fornecendo todos os elementos necessários à perfeita identificação do fato e do seu praticante;



## ESTADO DE SÃO PAULO

- V - manter funcionário próprio junto aos órgãos de trânsito, para acompanhamento da exatidão dos dados cadastrais e recolhimentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, comunicando ao Posto Fiscal as irregularidades detectadas, com a possibilidade de extrair e reter cópias de guias de recolhimento, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo ou comprovantes de identidade e de endereço do detentor do veículo, cuja destinação será disciplinada em portaria;
- VI - realizar campanhas de promoção tributária e apoiar, em caráter supletivo, as promovidas pela Secretaria, segundo as normas por esta estabelecida;
- VII - auxiliar, segundo programação conjunta, nos trabalhos que objetivarem a informação e orientação do contribuinte nas questões relativas às obrigações tributárias;
- VIII - participar, subsidiariamente, das atividades relacionadas à fiscalização de mercadorias em trânsito, desde que presente o Agente Fiscal de Rendas e obedecidas as prioridades da Secretaria.

### SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

 **Cláusula Quarta** - O Município observará a vedação da apreensão de mercadorias ou documentos e a de imposição de penalidade, por serem privativas dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado, e a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos em razão das verificações previstas no presente convênio, bem



## ESTADO DE SÃO PAULO

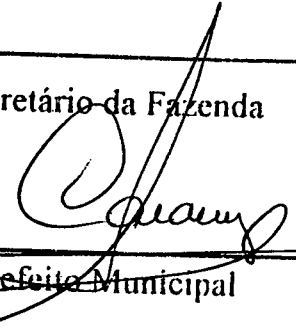
como observar o sigilo imposto, nos termos dos artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional.

**Cláusula Quinta** - A Secretaria, através da Coordenação da Administração Tributária (CAT) expedirá normas e esclarecimento visando à boa execução deste convênio.

E, por estarem de acordo, firmam o presente convênio em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, em            de            de 1995.

\_\_\_\_\_  
Secretário da Fazenda

  
\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

Testemunhas

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI DE 1996

*Autoriza o Executivo a celebrar o Convênio que especifica.*

A COMISSÃO DE nº 01  
Sala das sessões 06.02.1996  
1ª Discussão  
APROVADO em 06.02.1996  
Sala das sessões 06.02.1996  
Presidente

**JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.**

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

APROVADO em 2ª Discussão  
Sala das sessões 06.02.1996  
Presidente

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Fazenda, visando incrementar a arrecadação de tributos estadual e municipal, nos termos da Minuta anexa à esta Lei.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 29 de janeiro de 1996.

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito Municipal



## ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO ICMS Nº 195

*Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de Itapevi, visando o incremento da arrecadação de tributos.*

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Secretaria da Fazenda, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada por seu titular, Doutor \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, conforme Decreto nº 28.173, de 22.01.88, alterado pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e o município de Itapevi doravante denominado "Município", representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Carlos Caramez, R.G. 5.028.424, autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, firmam o presente convênio que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### SEÇÃO I DO OBJETO E FINS

**Cláusula Primeira** - O presente convênio tem por objeto a fixação de critérios e normas de ação do Estado e do Município, para incremento da arrecadação de tributos, a saber:

- I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: acompanhamento da produção agropecuária e extrativa, seu escoamento e conseqüente reflexo tributário, bem como da atividade industrial e comercial desenvolvida no território municipal, ou dos



## ESTADO DE SÃO PAULO

produtos que por ele transitarem;

- II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores**  
- IPVA: acompanhamento dos recolhimentos do tributo por ocasião dos licenciamentos.

### SEÇÃO II

#### DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

##### **Cláusula Segunda - Compete à Secretaria:**

- I -** dar conhecimento de seus cadastros, com o fornecimento de listagens ou por meio magnético de processamento eletrônico de dados, de todos os contribuintes inscritos no Estado e sediados no Município;
- II -** planejar e direcionar, à vista de informações fornecidas pelo Município nos termos dos incisos I a V da cláusula terceira deste convênio, os trabalhos fiscais, com designação de Agente Fiscal de Rendas para acompanhar e tomar providências necessárias para sanear as irregularidades levantadas;
- III -** diligenciar, para proceder às verificações fiscais originárias das "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, fornecidas pelo Município;
- IV -** dar conhecimento ao Município das ações fiscais originárias das denúncias formuladas pelo agente municipal, na forma deste convênio;



## ESTADO DE SÃO PAULO

- V - promover treinamento para os agentes municipais, com o fornecimento de material didático, com vistas à educação tributária.

### SEÇÃO III DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

#### Cláusula Terceira - Compete ao Município:

- I - proceder ao levantamento da produção agrícola e pecuária do Município com perfeita identificação do produtor;
- II - fornecer "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, que deverá ser preenchido em relação a cada produtor e em função de cada destinatário, a ser apresentado trimestralmente no Posto Fiscal de vinculação;
- III - comunicar ao Posto Fiscal de vinculação a existência de pessoas que exerçam atividades relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e que não possuam inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- IV - sugerir ao Posto Fiscal de vinculação a realização de verificações fiscais ao tomar conhecimento de indícios que evidenciem sonegação fiscal, fornecendo todos os elementos necessários à perfeita identificação do fato e do seu praticante;



## ESTADO DE SÃO PAULO

como observar o sigilo imposto, nos termos dos artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional.

**Cláusula Quinta** - A Secretaria, através da Coordenação da Administração Tributária (CAT) expedirá normas e esclarecimento visando à boa execução deste convênio.

E, por estarem de acordo, firmam o presente convênio em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, em                      de                      de 1995.

\_\_\_\_\_  
Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

Testemunhas

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI

Nº 003/96

Senhor Presidente:

O Projeto de Lei supra, originário do Executivo, autoriza a celebração de convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado, visando incrementar a arrecadação de tributos estadual e municipal, nos termos da minuta anexa.

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis que evidentemente concorrerá para o aumento da arrecadação por parte do Município.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável ao Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, 06 de feverei

ro de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTY CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL BENCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI

Nº 003/96

Senhor Presidente:

O Projeto de Lei supra, originário do Executivo, autoriza a celebração de convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado, visando incrementar a arrecadação de tributos estadual e municipal, nos termos da minuta anexa.

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis que evidentemente concorrerá para o aumento da arrecadação por parte do Município.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável ao Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, 06 de feverei

ro de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 03/96

Itapevi, 29 de janeiro de 1996

**Senhor Presidente**

Pelo presente tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para que submeta à apreciação dessa Nobre Câmara de Vereadores, o incluso Projeto de Lei de 1996, que trata de autorizar o Município a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Finanças, com o intuito de incrementar a arrecadação de tributos, de competência do Município, bem como do Estado.

Anexo ao Projeto de Lei segue minuta do aludido Convênio a ser celebrado, no qual se define com clareza, os objetivos, as obrigações e benefícios de cada um dos convenientes.

Vale a pena ressaltar, que com a celebração do Convênio e a troca de informações que dele advirão entre o Estado e o Município, criar-se-á a possibilidade de ser aumentado sensivelmente o índice de participação do Município no ICMS, além de contará o Município com um cadastro estadual de todos contribuintes do Município cadastrados no Estado, abrindo a possibilidade de atualização de nosso Cadastro Mobiliário, possibilitando o aumento, também a receita municipal.

Outro fato digno de nota é o de que a Prefeitura manterá um funcionário junto aos órgãos de trânsito para verificar a exatidão dos dados cadastrais e recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, possibilitando a verificação da correção dos valores transferidos ao Município pelo Estado das verbas arrecadadas desse tributo.

Por ser matéria de alta relevância, solicito que sua apreciação se faça em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Itapevi, 29 de janeiro de 1996

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**JADIR FRANCISCO DE SOUZA**  
MD. Presidente da Câmara Municipal de  
ITAPEVI - SP

**RECEBEMOS**  
19 / 02 / 96  
SECRETARIA





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## AUTÓGRAFO Nº 003/96

(Projeto de Lei nº 003/96 - DO EXECUTIVO)

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

*"Autoriza o Executivo a celebrar o convênio que especifica".*

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Fazenda, visando incrementar a arrecadação de tributos estadual e municipal, nos termos da Minuta anexa à esta Lei.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI, 09  
de fevereiro de 1996

JADIR FRANCISCO DE SOUZA  
Presidente

JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA  
2º Secretário em exercício